



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

### ATA DA REUNIÃO ENTRE OS VEREADORES, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO E ARQUIDIOCESE DE MARIANA PARA TRATAR OS PROBLEMAS PERTINENTES AO USO E OCUPAÇÃO DOS PRÉDIOS DA ARQUIDIOCESE PELA UFOP – ICHS, REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA (13-12-2017).

No dia treze de dezembro, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e nove minutos, os vereadores Marcelo Macedo, Antônio Marcos, Edson Agostinho, Bruno Mól Crivellari, Juliano Vasconcelos, Daniely Cristina Alves, Gerson Cunha, Geraldo Sales, Cristiano Vilas Boas, José Jarbas Ramos Filho, Adimar José Cota, reuniram-se com os representantes da Arquidiocese de Mariana: Sr. Cônego Lauro Sérgio Versiane Barbosa, representando o arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha); o Assessor Jurídico da Arquidiocese, Sr. José Anchieta. Os representantes da Universidade Federal de Ouro Preto: o Vice-reitor da UFOP, professor Hermínio Arias Nalini Júnior; o procurador jurídico da UFOP, Sr. Antônio José de Souza, o Prefeito do campus UFOP, José Augusto Nogueira, a vice-diretora do ICHS, Sra. Rivânia Maria Trota Santana; a presidente do IPHAN, Sra. Ana Cristina Maia. Com a palavra, o presidente Fernando afirmou que a reunião tem o propósito de estabelecer uma conciliação entre universidade e arquidiocese. O representante da arquidiocese, Cônego Lauro, lembrou a origem da ação judicial, a arquidiocese foi acionada pelo ministério público devido a ameaça da ruína dos palácios dos bispos, a notificação prevê multa diária. Em época anterior, foi celebrado um comodato entre universidade e arquidiocese, a responsabilidade é da UFOP de manter os prédios. A arquidiocese procurou a universidade para conversar e se defender da acusação do ministério público. A UFOP afirmou na época que era dona dos prédios, então a arquidiocese foi obrigada a entrar com uma ação defensiva contra a universidade, a qual não reconhecia mais o comodato. Em todas as instâncias a arquidiocese ganhou. Quem falou em aluguel de prédios foi a sentença, quem estabeleceu o termino do comodato e o pagamento do aluguel pela UFOP foi a instância. A arquidiocese nunca falou em despejo da UFOP, a arquidiocese sempre manteve o diálogo. Atualmente a situação é a da sentença e que houve iniciativa da arquidiocese de suspender a instância mantendo o diálogo. O presidente Fernando perguntou a posição atual da arquidiocese, o que ela poderia fazer hoje, o rumor na cidade é que a UFOP teria que desocupar os prédios. Com a palavra, o vice-reitor Hermínio, representante da reitora da universidade, disse que a UFOP sempre cumpriu o que determina a lei e que será cumprida a sentença. Segundo ponto importante é que depois que houve dois encontros, em função das dificuldades econômicas atuais da UFOP foram propostos acordos e parcerias com a arquidiocese, o que não anularia a sentença. Foram feitas visitas ao MEC, tentando buscar soluções mesmo que financeiras. Do ponto de vista financeiro não teria orçamento nem para comprar e alugar os prédios. Ainda, disse que não houve uma negociação, não houve uma proposta viável por parte da arquidiocese. Outro ponto importante é que no dia anterior foi nomeada uma comissão oficial dentro do conselho universitário para fazer uma interlocução com o arcebispo e estabelecer as negociações. Com a palavra, o presidente Fernando disse que o pedido da população é manter a UFOP em Mariana. Com a palavra, a vice-diretora Rivânia, representante da diretora do ICHS, a UFOP reconhece a legalidade da sentença e acrescentou que a UFOP possui legitimidade na cidade pelos trabalhos desenvolvidos. O interesse da universidade é continuar em Mariana e que sua mudança ocasionaria muitos impactos sociais e financeiros. Pela sentença, a UFOP deveria

Roberto Alves

Rubens  
Suarez

Paulo Faria

Arquidiocese, Mariana



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

devolver os prédios em comodato, sem os quais não tem como alocar todos os departamentos com suas atividades, inclusive com esses prédios já há dificuldade de espaço. Assim, há um impasse, há legalidade da sentença, tem o terreno que foi doado para UFOP, mas que não há possibilidade de construção de mais prédios. Então se não pode haver expansão, permanecer nos prédios e ao mesmo tempo não há dinheiro para pagar alugueis. O vice-reitor disse que a universidade não tem condições para pagar esses alugueis. Assim, ele perguntou qual a proposta da arquidiocese para que a universidade continue nos espaços. A UFOP pode oferecer parcerias, projetos sociais, o que pelo visto aparentemente não atende as necessidades da arquidiocese como manifestado em reuniões anteriores. O presidente perguntou se a UFOP reconhece a arquidiocese como dona dos prédios. Com a palavra, o Cônego Lauro disse que na última reunião a reitora ficou de ir ao governo federal para buscar uma solução, mas ainda não houve retorno da reitora à arquidiocese. Com a palavra, o vereador José Jarbas perguntou qual a proposição levada pela reitora à Brasília. O vice-reitor assinalou que a negociação continua e disse que não foi dada uma resposta pois ainda busca soluções. As propostas levadas ao governo foram: haveria possibilidade do governo de buscar um processo de desapropriação. O ministério federal disse que não investiria nisso. Ainda, se haveria possibilidade pagamento de alugueis e isso é um problema interno da universidade, mas não conseguiu com o governo nenhum recurso para ajudar no pagamento do aluguel, e a UFOP não tem condições de pagar. O presidente Fernando disse que não vê outra solução a não estabelecer um novo comodato. Com a palavra, o vereador José Jarbas perguntou se a UFOP tem um estudo de qual seria o valor do aluguel do espaço, se há alguma possibilidade de fazer um comodato com a igreja, de que forma a universidade poderia contribuir. Com a palavra, Sra. Ana Cristina disse que os alugueis são devidos e a quem caberia pagar já que a UFOP é da União. O que impacta o futuro é a desocupação da universidade e isso precisa ser bem definido, assim a arquidiocese necessitaria de apresentar uma proposta concreta e isso ainda não está claro. O procurador da universidade, Sr. Antônio José, disse que se a arquidiocese não pediu os alugueis, não quer que a UFOP saia dos prédios, a igreja poderia renunciar ao processo. Acrescentou que está difícil conseguir algum recurso do governo. Não se pode permitir que o reitor deixe a universidade no limbo, dentro de uma ação de improbidade administrativa. Com a palavra, o advogado Anchieta explicou o andamento do processo e que foi demonstrado que realmente o terreno foi doado para a universidade, sendo assim pertencente a ela, mas que há uma reparação por parte da UFOP à arquidiocese estabelecida pelo ministério público através de alugueis. Com a palavra, presidente perguntou se teria como suspender o processo por mais uns seis meses. O advogado José Anchieta propôs suspender por sessenta dias, pois um prazo longo traz dificuldades para o judiciário. O Cônego Lauro afirmou que a proposta da UFOP era para mais cinquenta anos de comodato, o que é inconcebível para a igreja, e acrescentou que os prédios ocupados pela UFOP são importantes para a arquidiocese, há um valor histórico frisando que nunca houve doação de nenhum prédio para a universidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. E para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada por todos presentes será assinada.

Robuz Alves

Co. Lauro

Ana Cristina

unle

Anchieta

Ata da reunião, Câmara Municipal